

## O DÉCIMO PRIMEIRO PLANO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 26/12/1991

O Plano Marcílio é o décimo-primeiro plano de estabilização aplicado no Brasil desde que se desencadeou a atual crise, em 1979. Por adotar uma estratégia gradualista, que pretende estabilizar a economia aos poucos, mês a mês, muita gente não o percebe como um "plano". Trata-se, no entanto, de um clássico plano de estabilização ortodoxo, em vias de ser aprovado e monitorado pelo Fundo Monetário Internacional. Já vem sendo posto em prática desde meados de 1991, e por enquanto, só levou à recessão e à aceleração da inflação. A não ser que sofra uma forte guinada, combinando política de rendas com política fiscal e monetária, minha previsão é a de que fracassará. Será um não-plano de estabilização, cujos custos serão muito maiores do que muitos planos anteriores, sem trazer os benefícios secundários que alguns deles trouxeram.

Por que o Brasil não consegue estabilizar a sua economia? Seria porque o ajustamento fiscal é inviável ou muito difícil dado o tamanho da dívida pública externa e interna? Ou por incompetência técnica? Ou por falta de vontade política ao nível da sociedade? Ao invés de responder a essas perguntas vou, neste artigo, relembrar rapidamente os planos anteriores.

Há uma idéia generalizada que os planos de estabilização anteriores, que não lograram controlar a inflação, foram todos congelamentos. Na verdade, cinco desses planos contiveram um congelamento, e um sexto, um meio congelamento. Cinco foram puramente ortodoxos. E todos tiveram um componente ortodoxo, em alguns casos muito forte. Vejamos os planos.

1o.) Plano Delfim I (1979), um programa populista de direita, desenvolvimentista, e ao mesmo tempo ortodoxo, monetarista, baseado na prefixação da taxa de câmbio que, na época, era a palavra de ordem de Chicago: a inflação passa de 50 para 100 por cento, e a dívida externa cresceu de 40 para 60 bilhões de dólares em dois anos. Um desastre.

2o.) Plano Delfim II (1981), um programa ortodoxo clássico, acompanhado de forte recessão: o PIB cai 3 por cento em 1981, a inflação permanece no patamar de 100 por cento até o final de 1982.

3o.) Plano Delfim III (1983), um programa ortodoxo monitorado pelo FMI e novamente marcado pela recessão: dado o caráter inercial da inflação, que este plano, como os dois anteriores, ignora, e a maxi-desvalorização de fevereiro de 1983, a inflação dobra de patamar passando para 200 por cento, ou 10 por cento ao mês; a balança comercial, entretanto, se equilibra e em seguida passa a apresentar grandes superávits.

4o.) Plano Dornelles (abril 1985), um plano heterodoxo parcial, baseado no estranho congelamento dos preços públicos e de alguns setores oligopolísticos privados, correspondentes a cerca de 40 por cento do PIB, combinado com uma política estritamente monetarista a nível do Banco Central: a inflação cai de 12 para 7 por cento durante três meses, voltando, como era de se esperar, para o patamar anterior assim que os preços congelados são afinal corrigidos.

5o.) Plano Cruzado (março 1986), um programa heterodoxo, baseado no congelamento de preços, que embora bem formulado e contando com enorme apoio popular acabou se perdendo no populismo (indisciplina fiscal) e no excesso de demanda: a inflação, de 14 por cento ao mês vai a próximo de zero devido ao congelamento; quando este é rompido, em dezembro, a inflação explode.

6o.) Plano Bresser (junho 1987), um plano heterodoxo de emergência e provisório, sem desindexação nem reforma monetária, apoiado em congelamento curto e em ajuste fiscal: como era esperado, a inflação volta a crescer lentamente.

7o.) Plano Arroz com Feijão (janeiro 1988), um plano ortodoxo, baseado principalmente na tentativa de ajuste fiscal, e na celebração, em agosto de 1988, de um equivocado acordo convencional sobre a dívida externa: a inflação acelerou-se através de pequenos saltos em alguns retornos, para atingir 30 por cento no final do ano.

8o.) Plano Verão (janeiro 1987), um plano heterodoxo, porque baseado no congelamento, na desindexação e na reforma monetária, e monetarista, porque apoiado em uma taxa de juros real extraordinariamente alta (16 por cento mensais no primeiro mês); explode a partir de junho e leva o país à hiperinflação em dezembro.

9o.) Plano Collor I (março 1990), um plano em duas fases, a primeira heterodoxa, combinando a retenção de ativos monetários com um rápido congelamento, e a segunda, a partir de maio, baseada em rigorosa estratégia ortodoxa de ajuste fiscal e de definição e perseguição de uma meta monetária, ignorando-se inteiramente o caráter inercial da inflação brasileira: apesar da enorme recessão, a inflação volta a subir gradualmente até 20 por cento em dezembro.

10o.) Plano Collor II (janeiro 1991), plano heterodoxo de emergência, combinado com tarifaço, um mero remendo: a inflação volta a crescer imediatamente após, chegando a cerca de 7 por cento em abril e a 10 por cento em junho.

Não vou discutir as causas do fracasso de cada um dos planos. -s três perguntas formuladas inicialmente há três explicações possíveis para a não-estabilização: a primeira, baseada no tamanho da dívida pública interna e externa e na ausência de crédito público; a segunda, que atribui os fracassos à política. E a terceira que vê na incompetência técnica dos planos um fator importante.

A explicação baseada na existência de uma dívida pública excessiva é poderosa. Não há dúvida que uma dívida externa e interna elevada demais torna em grande parte self-defeating (auto-derrotantes) os esforços de estabilização. Não se trata, entretanto, de um obstáculo intransponível.

Atrás da teoria política está, de um lado, todo o problema do populismo econômico, e, de outro, a falta de poder político para impor os "custos de transição" implícitos no ajuste fiscal e nas reformas orientadas para o mercado que são necessárias. Não há dúvida que todos os planos enfrentaram dificuldades graves nesta área. É preciso salientar, entretanto, que, no caso dos três planos ortodoxos do regime autoritário e dos dois planos após a transição democrática (Plano Cruzado e Plano Collor I) não faltou poder político para quem devia implementá-los. Por que, então, fracassaram esses cinco planos nos quais havia poder político suficiente? Basicamente, por incompetência técnica. Porque quatro deles ignoraram o caráter inercial da inflação brasileira, e o Plano Cruzado, porque imaginou que bastava congelar para estabilizar, ignorando que é necessário, em seguida, adotar rígidas políticas fiscais e monetárias, que garantam o efetivo controle da base monetária e a estabilização da taxa de câmbio.

Agora temos o décimo-primeiro plano, o Plano Marcílio, um novo plano ortodoxo, prestes a ser monitorado pelo FMI: a inflação, que se encontrava em 10 por cento em junho (como a nova equipe assumiu o ministério no início de maio, é razoável tomar junho como base), subiu para 26 por cento em novembro; a cada mês o governo falava em reversão a partir de um patamar perversamente mais alto; em dezembro, afinal, após uma certa "reversão de expectativas", tudo indica que a taxa de inflação estabilizar-se - em torno de 25 por cento; a esperança agora do governo é que, com o acordo com o FMI e com os bancos credores, ocorra um "choque positivo externo", e a política de juros altos surta efeito estabilizador.

É pouco provável, porém, que o Plano Marcílio seja bem sucedido, apesar de contar com uma série de fatores a seu favor: apesar de o Plano Collor I ter representado um avanço importante na área fiscal; apesar de haver hoje, na sociedade brasileira, uma disposição muito maior aceitar custos de transição; apesar da determinação do presidente de acabar com a inflação a todo custo. Novamente se

ignora o caráter inercial da inflação, e o governo, isolado em Brasília, está com seu poder político muito reduzido.